

# *A imagem dos europeus nas crónicas portuguesas do século XV*

*Francisco José Díaz Marcilla<sup>1</sup>*

## **Resumo**

O objetivo principal deste trabalho é apresentar a imagem do estrangeiro, tal como refletida nas crónicas portuguesas medievais. Pretende-se realizar uma análise dupla, tendo por base os grupos de europeus diferenciados por lugares de origem, e a maneira em que aparecem no texto cronístico. O estudo não pretende ser exaustivo, pelo que serão indicadas algumas linhas de trabalho para o futuro. Dessa forma, não serão analisadas todas as crónicas do período, mas apenas as mais representativas dos principais autores da época: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina.

## **Palavras-chave**

Crónicas, Europeus, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina.

---

<sup>1</sup> Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IEM-NOVA FCSH). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4, 5 e 6 do art. 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

## Abstract

The aim of this paper is to present the image of foreigners as they are presented in medieval Portuguese chronicles. The twofold analysis of the chronicle texts will cover the way in which European territorial groups are presented, and the way in which they are described. This study does not aim to be conclusive, but to indicate some research lines for the future. Thus, the most representative works of the main Portuguese authors at the time will be analysed: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara and Rui de Pina.

## Keywords

Chronicles, Europeans, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina.

## 1. Introdução

As crónicas portuguesas do século XV têm sido estudadas de maneira muito aprofundada ao longo das últimas décadas, nomeadamente no que diz respeito à história das ideias e das mentalidades. Porém, a quantidade de estudos relativamente aos estrangeiros presentes nas crónicas é menor, sendo analisadas apenas questões de natureza política (guerras e diplomacia)<sup>2</sup>. A específica análise da imagem dos europeus transmitida pelas crónicas ainda sofre de lacunas que este trabalho tenciona ajudar a colmatar.

Devido à limitação de espaço, o exame das crónicas não abrangerá todo o material produzido no século XV. No entanto, procurar-se-á uma linearidade temporal que permita esboçar uma primeira interpretação dos dados, incluindo a evolução das ideias sobre os europeus. A análise considerará exclusivamente

---

<sup>2</sup> Entre os livros e estudos mais recentes devem ser nomeados os seguintes: Manuela MENDONÇA, *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 1994; Peter RUSSELL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, INCM, 2000; Maria do Rosário FERREIRA (coord.), *O contexto hispânico da historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. Há igualmente algum fermento ao nível dos estudos universitários, como é o caso de Ardian MUHAJ, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: impacto da Guerra dos Cem Anos na vida económica e política de Portugal (séculos XIV-XV)*, Tese de Doutoramento dirigida por Manuela Mendonça, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2014.

as crónicas oficiais – ou seja, as produzidas com a anuência da Coroa e da Corte portuguesas –, sendo cronistas oficiais do Reino os autores analisados: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina.

No que diz respeito ao primeiro cronista, Fernão Lopes<sup>3</sup>, é preciso salientar que o autor nasceu na década de 80 do século XIV e morreu em torno de 1460. Aparece na documentação a partir de 1418, e, embora fosse substituído no cargo de *guarda-mor* da Torre do Tombo em 1454 pelo seu sucessor, Gomes Eanes de Zurara, como cronista oficial, continua a aparecer na documentação até ao ano indicado. As suas obras abrangem os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João até aos inícios do século XV, ainda que de forma não muito precisa<sup>4</sup>.

Estilística e narrativamente não há uma uniformidade, observando-se uma primeira crónica muito pouco original. De facto, a *Crónica de el-rei D. Pedro*<sup>5</sup> contém inúmeras passagens ou copiadas ou baseadas na *Crónica del rey D. Pedro* (praticamente a metade dos capítulos), que foi escrita pelo cronista castelhano Pero López de Ayala. Contudo, o cronista luso compartilha a visão do estrangeiro transmitida pelo cronista castelhano, porque não muda o texto. A crónica seguinte, a *Crónica de el-rei D. Fernando*<sup>6</sup>, também apresenta passagens copiadas e baseadas nas correspondentes *Crónica del rey D. Enrique* e *Crónica del rey D. Juan* do mesmo autor castelhano, mas em quantidade decrescente, com maior originalidade. Por último, a *Crónica de el-rei D. João*<sup>7</sup> revela muito menos dependência dos textos de Ayala (a referida *Crónica del rey D. Juan* e a *Crónica del rey D. Enrique el Tercero*), e a intencionalidade política do discurso é muito mais evidente e independente.

Relativamente a Gomes Eanes de Zurara (1410-1474)<sup>8</sup>, *guarda-mor* da Torre do Tombo até ao final da sua vida, é de sublinhar que a sua obra abrange o reinado de D. João I, que Fernão Lopes não cobriu, mais duas crónicas biográficas sobre dois nobres: a *Crónica da Tomada de Ceuta* (1450), a *Crónica dos feitos da Guiné* (1454)<sup>9</sup> – que vão de 1411 até 1437 –, a *Crónica de D. Pedro de Meneses* (1463) e a *Crónica de D. Duarte de Meneses* (1468). No âmbito deste trabalho, serão analisadas apenas as duas primeiras obras.

<sup>3</sup> Imprescindível é o estudo de Teresa AMADO, *Bibliografia de Fernão Lopes*, Lisboa, Cosmos, 1991.

<sup>4</sup> A *Crónica de el-rei D. João* mantém a narração de uma forma continuada até 1411, mas algumas passagens levariam a pensar que ele ou alguém inseriu dados de forma intermitente até ao final do reinado.

<sup>5</sup> Fernão LOPES, *Crónica de D. Pedro I*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1965. Doravante, CDP. Notamos desde já que, para todas as crónicas, as referências vão ser aos capítulos (“c.” em singular, “cc.” em plural), a fim de facilitar a pesquisa em outras edições.

<sup>6</sup> Fernão LOPES, *Crónica de el-Rei D. Fernando*, 3 vols., Lisboa, Escriptório, 1895-1896. Doravante, CDF.

<sup>7</sup> Fernão LOPES, *Chronica de El-Rei D. João I*, 7 vols. (partes I e II), Lisboa, Escriptório, 1897-1898. Doravante, CDJ.

<sup>8</sup> A. J. Dias DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

<sup>9</sup> Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica d’El-Rei D. João o Primeiro e dos reis de Portugal o Décimo em que se contém a Tomada de Ceuta*, Lisboa, Escriptório, 1899. Doravante, CTC. Gomes Eanes de ZURARA, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud, 1841. Doravante, CFG.

Rui de Pina (1440-1523)<sup>10</sup> foi *guarda-mor* da Torre do Tombo desde 1497 até à sua morte, tendo sido previamente nomeado para o cargo de *cronista-mor* do reino em 1490 por João II. Apesar de ter escrito uma substancial quantidade de crónicas que abrangem os reinados de Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III, Dinis I, Afonso IV, Duarte I, Afonso V e João II, aqui será apenas estudada a *Crónica de el-rei D. Afonso o V*<sup>11</sup> por representar uma continuidade cronológica com os textos anteriores e por ter sido redigida no período final do século, entre 1490 e 1504<sup>12</sup>.

## 2. Territorialidade como elemento de conceitualização

Uma primeira consideração deve ser feita sobre a ideia de *Europa* que emerge das crónicas do século XV. A Europa como conceito definidor de uma realidade cultural não existe, nem sequer como realidade territorial. Mais concretamente, o conceito é inexistente nas obras de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. No entanto, no caso de Rui de Pina, foi encontrada apenas uma única ocorrência já no segundo volume do livro<sup>13</sup>. Talvez seja indicativo o facto de constituir, no texto, o antónimo para *Império Turco*. A menção está relacionada com a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, e é apresentada como contraposição conceitual ao Império Otomano. Poderia conjecturar-se, portanto, que *Europa* representa uma territorialidade com identidade própria apenas na altura em que outra realidade de tipo religioso começa a combatê-la no próprio solo, já nos albores do século XVI. O fator religioso seria o único a conseguir criar uma unidade conceitual.

Para a definição de *europæus* a situação é ainda pior: não há ocorrências em nenhuma crónica. Talvez porque não existindo uma ideia de *Europa*, não pudesse haver consequentemente uma ideia de *europæus*.

Os conceitos territoriais que contêm uma conotação de *espaço comum*, e que, portanto, definem uma unidade territorial diferenciada, mas sem constituir unidades políticas, são muito mais frequentes, sendo um dos exemplos principais o conceito de “Hespanha”, derivado do latim *Hispania*, que referia igualmente o espaço da Península Ibérica. Curiosamente, este conceito está consideravelmente mais presente nas crónicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, para se reduzir ao mínimo em Rui de Pina. Esta situação não deve resultar estranha, enquanto as identidades nacionais vão impondo a sua supremacia sobre as

<sup>10</sup> Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, ICALP, 1977.

<sup>11</sup> Rui de PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, 3 vols., Lisboa, Escripório, 1901. Doravante, CDA.

<sup>12</sup> T. F. EARLE, “Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V* and Bodleian MS Don. c. 230”, *Portuguese Studies*, vol. 31, Nº 2 (2015), pp. 222-234.

<sup>13</sup> CDA, c. 135.

identidades territoriais. O processo irá concluir-se nos séculos XVI e XVII com a identificação da Espanha com tudo o que não é Portugal.

Para a mentalidade da época, “Hespanha” assemelhava-se a um espaço compartilhado, comparável ao resto de conceitos identificativos de outras regiões, tais como *Itália*, *França* ou *Alemanha*. A base conceitual não é política, mas apenas territorial. Porém, para o caso da Península Ibérica, há uma especificidade que não ocorre nas outras áreas: a religião. “Hespanha” abrange os reinos de Portugal, Castela e Leão, Navarra, Aragão e o principado da Catalunha; mas não o reino muçulmano de Granada. De facto, quando os cronistas estão a falar de “Hespanha”, esta é sempre bem diferenciada de Granada, especialmente na obra de Fernão Lopes<sup>14</sup>. É justamente o facto de não ser considerada *européia* pela crónica portuguesa, posto que muçulmana, o que me leva a não me ocupar dela, ainda que a sua relevância como inimigo constante seja inquestionável.

A definição mais perfeita do que era “Hespanha” – e, aliás, Gomes Eanes de Zurara é o único cronista que utiliza os termos “espanholl” e “espanhooes” em todas as crónicas analisadas – encontra-se na CTC, quando um velhinho pergunta a um português de onde era; ele responde que era “espanhol” e o anciano especifica “nom uos pregumto, disse elle, senom de que lugar sodes da Espanha”; e o português responde que “era naturall da çidade de Lisboa”<sup>15</sup>.

Como dado importante, salientar-se-á o facto de o termo *Espanha* ser referido apenas duas vezes na CDA, mas, para já, com uma conotação que ultrapassa o conceito puramente geográfico que tinha até então. Parece começar a mudar para uma definição de uma realidade diversa de Portugal: “tão costumadas em Espanha e assim n’estes reinos de Portugal”, e “que não sómente Portugal, mas Espanha toda”<sup>16</sup>. Por outras palavras, refere um conceito abrangente, mas é sintomático que, nas duas ocorrências, o termo “Portugal” seja diferenciado do termo “Espanha”.

Esta constatação, unida à conotação religiosa referida anteriormente para a Europa, reforça a caracterização ideológico-religiosa da geopolítica nessa altura.

O caso da “Alemanha” é igualmente significativo. O termo designa claramente um espaço territorial com características políticas específicas. Porém, tem apenas quatro ocorrências: na CDJ, na CTC, na CFG e na CDA, o que evidencia uma escassa relação de Portugal com o espaço germânico, mas não com o imperador, já que outras vezes é mencionado o rei dos Romanos como sinónimo de Alemanha. A única definição mais caraterizadora é a da CFG, na qual se afirma a “grandeza dos Allemaães”.

<sup>14</sup> CDP, c. 33. Falando nas incursões dos muçulmanos, Lopes diz “se Mouros passarem a Hespanha”.

<sup>15</sup> CTC, c. 16. Curiosamente, esta crónica é uma das que mais vezes é nomeada “Hespanha”, em referência à Península Ibérica.

<sup>16</sup> CDA, respetivamente, cc. 9 e 91.

Igual tratamento acontece nessa crónica no que diz respeito a “Itália”, considerada apenas como espaço geográfico, mas sem entidade política, ou ligado à Santa Sé, ou com uma maior definição própria, quando se fala na “sabledorya de Itallya”<sup>17</sup>.

### 3. As *nações* menos mencionadas

É obrigatório começar o percurso pelas crónicas, inquirindo o que se entende por *nação*. Como se pode compreender, o sentido moderno que tem o termo não é aplicável nessa altura. Porém, o início da identificação da territorialidade com os outros dois parâmetros – origem e pertença política – do termo, são já evidentes para as crónicas do século XV<sup>18</sup>. Ao mesmo tempo, é igualmente verdade que a significação da origem territorial é normalmente associada ao termo “natural deste reino”, através da maneira em que é utilizado na CDP e a contraposição entre “naturaes” e “estrangeiros”<sup>19</sup>. De igual forma, a vinculação política ainda é identificada com a pessoa a quem se deve preitesia, como a expressão “estar ao serviço de”.

Feita esta aclaração, elencar-se-ão aquelas *nações* cuja presença nas crónicas é muito limitada. Evidentemente, isto não implica dizer necessariamente que esses reinos ou territórios sejam menos importantes na geopolítica internacional, mas sim que, para Portugal, eles não representavam realidades a serem tidas em consideração. A perspetiva dos cronistas, enquanto pessoas do entorno régio, reflete de alguma maneira o interesse da Coroa. É preciso esclarecer ainda que, por vezes, é mencionado um reino ou estado, mas não o seu gentílico; e contrariamente, às vezes, é mencionado o gentílico, mas não o reino ou estado.

Na CDF, há uma passagem rica em gentilícios, que faz referência aos estrangeiros que moravam em Lisboa na época de Fernão Lopes, como nos informa a seguinte citação:

“havia outrossim mais em Lisboa estantes de muitas terras, não em uma só casa, mas muitas casas de uma nação, assim como genovezes, e prazentins, e lombardos, e catalães d’Aragão, e de Maiorca, e de Milão, que chamavam milanezes, e corcins, e biscainhos, e assim d’outras nações.”<sup>20</sup>

<sup>17</sup> Para ambas as citações: CFG, p. 12.

<sup>18</sup> O exemplo mais claro, em CDJ, I, c. 13, é: “vendo como era castellão, e de nação a elles contraira”.

<sup>19</sup> CDP, c. 36.

<sup>20</sup> CDF, Prólogo.

Portanto, pode-se começar o percurso por aqueles estados e territórios que menos ocorrências apresentam nas crônicas analisadas. Utilizaremos a seguinte tabela para uma melhor compreensão:

**Tabela 1 – Nações menos mencionadas e número de ocorrências**

Nação/Gentílico	CDP	CDF	CDJ	CTC	CFG	CDA
“Escossia”			1			
“Prazentinos”	1					
“Nápoles”				2		
“Sezilia”				7		
“Bretanha”	1	1	2			1
“Bretões”	0	1	2			0
“Gasconha”	2	1	2			
“Gascões”	0	0	11			
“Frandes”, “Borgonha” ou “flamingos”		2  0	1  0	1  0		14  1
“Biscaia”	1	12	2	1		1
“Biscainhos”	1	2	1	0		0

Portanto, de menor a maior em número de ocorrências, as *nações* menores que aparecem nas crônicas são: Reino de Escócia<sup>21</sup>, *Comune* de Placência<sup>22</sup>, Reino de Nápoles<sup>23</sup>, Reino de Sicília<sup>24</sup>, Ducado de Bretanha<sup>25</sup>, Território da Gasconha<sup>26</sup>, Ducado de Borgonha (denominado usualmente Flandres)<sup>27</sup>, e Senhorio de Bis-

<sup>21</sup> CDJ, II, c. 80, na sequência das lutas que mantinha lá John of Gaunt, duque de Lencastre, como representante do rei Richard II de Inglaterra, e que o impediram de acudir antes à “Hespanha”.

<sup>22</sup> Há uma ocorrência deste gentílico em CDP, c. 18. Aparecem como aliados de Génova, nessa altura inimigos dos catalães. Na sequência do argumento legal da “boa guerra”, que permitia a confiscação de bens de estados com os quais se mantivesse guerra aberta em qualquer parte, um capitão catalão tentou capturar duas naves placentinas no porto de Sevilha, mas a intervenção de Pedro I de Castela o evitou.

<sup>23</sup> CTC, cc. 4 e 29. Também com motivo dessa abertura ao Mediterrâneo.

<sup>24</sup> CTC, cc. 14, 15, 29, 32, 34 e 61. Sicília. Chama a atenção o facto de ser Gomes Eanes de Zurara o único a referenciar constantemente o reino mediterrânico, provavelmente porque esse cronista é o único a falar do Mediterrâneo, da África e do Oriente, prelúdio da expansão portuguesa.

<sup>25</sup> CDP, c. 41; CDF, c. 6. A denominação “bretões” é para os companheiros do francês Bertrand du Guesclin, em CDF, c. 32. Na CDJ há 1 menção ao título de duque, 1 ao território, e 2 ao gentílico, respetivamente em CDJ, I, c. 175; II, cc. 83 e 130. Apenas existe uma menção ao ducado na CDA, c. 163.

<sup>26</sup> CDP, cc. 36 e 42. CDF, c. 43. CDJ, II, cc. 113 e 119; para as numerosas menções ao gentílico, II, cc. 34, 37, 38, 51, 101, 132 e 133.

<sup>27</sup> CDF, cc. 78 e 90; CDJ, I, c. 114; CTC, cc. 27 e 29. Na última crónica, é importante salientar que a crónica fala em “Bruges”, não em Flandres. São nomeados o território e os naturais, mas associados normalmente aos panos – e portanto, ao comércio –, mudando na CDA “Frandes” para “Borgonha”. CDA, cc. 1, 127, 129, 162, 197, 198, 199, 200 e 202. Nesta última crónica, as referências ao Ducado de Borgonha estão distribuídas da seguinte forma: 9 vezes ao título, 5 ao estado, e só 1 para os “framengos”. O elevado número de citações deve-se indubitavelmente ao casamento entre Isabel de Portugal, tia de Afonso V, e o duque D. Filipe de Borgonha em 1430.

caia<sup>28</sup>. É um reflexo da relevância internacional para Portugal de cada uma destas *nações*, embora dependa também da época na qual estejamos a falar.

Além disso, ainda que não sejam povos europeus, importa fazer referência a dois povos especificamente pela relevância que irão ter em época posterior. O primeiro, inexistente nas crónicas lopesinas, e que Zurara menciona apenas como povo, mas que irrompe com força na CDA de Rui de Pina – nomeadamente a partir do segundo volume – são os *turcos*, que aparecem em 7 ocasiões<sup>29</sup>. É relevante que a crónica diferencie claramente entre “turcos” e “mouros”.

Neste mesmo sentido, sublinhe-se a diferenciação semântica e conceitual que faz o cronista Gomes Eanes de Zurara nas suas duas crónicas sobre temática *africana* entre “mouros” e “negros”. Para ele, são duas *nações* diferenciadas, em que os primeiros são inimigos – por causa da fé –; e em que os segundos nem sempre são associados aos muçulmanos.

#### 4. A Santa Sé

Cabe iniciar as epígrafes dedicadas aos estados com maior presença nas crónicas portuguesas analisadas, com a entidade católica por antonomásia: a Santa Sé. Contudo, convém fazer uma apreciação, pois em nenhum lugar é mencionada a Santa Sé como estado. Os comentários fazem sempre referência ao Papa, à Cúria, aos cardeais ou à cidade de Roma.

Resulta revelador o facto de Avinhão nunca aparecer associado à definição de *Santa Igreja*. Parece que, depois de mais de mil anos, o lugar de onde emana a santidade é Roma, mesmo que a *Roma santa* mude para outro lugar como a cidade francesa de Avinhão<sup>30</sup>. Sem dúvida, a conclamada adesão de Portugal à obediência do papa de Roma durante o Cisma pode ter influenciado propagandisticamente a prevalência de Roma sobre a cidade de Avinhão.

A função da Santa Sé nas crónicas é fundamentalmente de mediação. Sempre que há um conflito, há um cardeal ou delegado apostólico presente<sup>31</sup>. No entanto,

<sup>28</sup> CDP, cc. 20 e 21. É interessante reparar que nesse texto é claramente especificado como os biscainhos são súbditos do conde de Biscaia, e que este, por sua vez, era súbdito do rei de Castela. No resto das citações fala-se indistintamente no senhorio ou no território, apresentando uma identidade territorial própria aos olhos dos portugueses. CDF, cc. 3, 12, 15, 44, 66, 112 e 135; para o gentílico, Prólogo e c. 135. Convém aclarar que o alto número de ocorrências nesta crónica deve-se ao facto de Lopes copiar muitos traços da crónica de Pero López de Ayala, que, obviamente, falava da política interna de Castela. CDJ, II, cc. 26 e 120; gentílico em II, c. 144. CTC, c. 12. CDA, c. 163.

<sup>29</sup> CTC, c. 92. CDA, cc. 135, 138, 208 e 210.

<sup>30</sup> A expressão “Santa Igreja de Roma” pode referir-se à cidade de Roma ou à cidade de Avinhão. Exemplo em CDF, c. 160.

<sup>31</sup> CDP, cc. 23, 26 e 32; CDF, cc. 15, 53, 71, 82.



a partir da CDJ, as crónicas de Zurara, e a CDA, esse papel mediador da Santa Sé irá decrescer notavelmente, reencaminhando-se a resolução de conflitos para as mãos de clérigos adscritos a um território. De facto, intui-se uma espécie de territorialização da Igreja e dos seus agentes, motivada com muita probabilidade pelo Cisma do Ocidente de 1378.

O caso mais surpreendente são as crónicas de Zurara, nas quais, embora se repita constantemente a finalidade religiosa da expansão, e se referenciem as qualidades morais e de bons cristãos dos seus protagonistas, a Santa Sé apenas é mencionada.

Assim, as intervenções diretas dos pontífices reduzir-se-ão às magnas questões da geopolítica internacional, como demonstra o apoio moral que recebeu Juan I de Castela através da carta do papa de Avinhão, Clemente VII, após a derrota de Aljubarrota em 1385, reproduzida na CDJ<sup>32</sup>. Um outro exemplo ilustrativo é o das questões relativas às dispensas matrimoniais que João I pediu ao papa de Roma, Urbano VI, por ter sido Mestre da Ordem de Avis, cruciais para resolver o seu casamento com Filipa de Lencastre e o seu afaçamento no trono.

## 5. Génova

Os “genoeses”, termo muito mais utilizado do que “Genoa”, representam a primeira das nacionalidades que merecem um lugar destacado. A sua presença é reiterada em todas as crónicas. Na verdade, o número de ocorrências não é muito alto, mas sim constante. Outro aspeto a sublinhar é que a avaliação de que os “genoeses” são alvo não é muito positiva, evidentemente por terem tomado o partido do inimigo, junto dos castelhanos e franceses.

Mais pormenorizadamente, a primeira vez que um genovês é mencionado, na CDP, está envolvido num assunto que provoca a fúria do rei. O almirante Lançarote Peçanha tem de fugir para Génova quando é descoberta a sua artimanha para atrair uma mulher, contratando os serviços de uma alcoviteira. O rei enviará cartas à cidade reclamando a sua extradição. A resposta do concelho de Génova, apesar de diplomática – apela-se à amizade entre os dois governos desde longa data, afirmando que “o amigo novo nom he igual nem semelhante ao de longo tempo” –, não conseguiu acalmar o rei, que ficou aborrecido ainda durante muito tempo, embora que, por fim, perdoasse o almirante<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> CDJ, II, c. 68.

<sup>33</sup> CDP, c. 10. Para o gentílico, ver cc. 10 e 22.

A CDF não deixa de nomear Génova e os “genoezes”, ainda que poucas vezes. Contudo, normalmente a menção é relativamente ao lugar de proveniência das pessoas, não mostrando, pois, nenhum interesse geopolítico que leve a pensar numa relevância desse estado neste período.

Na CDJ, a presença genovesa circunscreve-se quase invariavelmente às atividades mercantis, de tal maneira que o gentílico aparece sempre vinculado aos panos. Há um episódio recorrente em praticamente toda a crónica: quando D. João era Mestre, foram roubadas em Lisboa umas naus de Génova e *il comune* enviou uns emissários a pedir ao Mestre a restituição das mercadorias, mas sem sucesso; mais tarde, outra comitiva genovesa fez a mesma solicitação a D. João, já eleito rei<sup>34</sup>; e finalmente, a terceira embaixada de finais do século XIV foi bem-sucedida<sup>35</sup>. É importante salientar que, nessa terceira embaixada, o rei castelhano Juan I confiou ao almirante genovês Ambrosio de Marines a mediação do conflito com Portugal.

A CTC também refere a presença de genoveses em Lisboa, e dos seus interesses económicos em Portugal<sup>36</sup>.

Finalmente, a imagem transmitida dos genoveses pela CDA é profundamente negativa: eles roubam e matam os portugueses e são classificados como inimigos<sup>37</sup>.

## 6. Navarra

O termo “Navarra”, sendo já hispânico, ocorre em numerosas ocasiões, mas, curiosamente, o gentílico “navarrezes” é muito pouco utilizado<sup>38</sup>. O facto de não ser dos mais frequentes indica a distância mais política que geográfica desse reino em relação a Portugal, o que é corroborado pelo facto de ser Aragão mais nomeado, mesmo que geograficamente situado a mais distância do que o reino pirenaico. Para reforçar esta intuição, vale a pena refletir sobre a maneira como Navarra é apresentada na CDP, em que 4 das ocorrências são ao título e à pessoa do rei, e 6 ao reino. Na CDF o número de referências ao título ou títulos da Casa Real navarra sobem para 37, restando as outras 7 menções para o reino enquanto território. O motivo para este elevado número de referências ao rei ou aos infantes deve-se principalmente ao facto de Fernão Lopes copiar traços da obra de Ayala, para quem Navarra irá ganhando relevância no âmbito das relações peninsulares.

<sup>34</sup> CDJ, II, c. 4.

<sup>35</sup> CDJ, II, c. 131.

<sup>36</sup> CTC, c. 77.

<sup>37</sup> Exemplo em CDA, c. 54.

<sup>38</sup> Só uma em CDF, c. 110.

Na CDJ o título de rei de Navarra aparece em 5 ocasiões, embora a alusão ao reino seja apenas 1. Finalmente, na CDA, mais uma vez, o número de referências ao título (8) ultrapassa notoriamente as menções ao reino (1).

Em conclusão, a maioria das referências é ao rei navarro ou à família real navarra. O reduzido número de restantes menções diz respeito à situação geográfica de passagem desde França para a Península Ibérica, ou à alusão ao reino em contextos mais gerais.

## 7. Aragão

Convém sublinhar um facto de relevância antropológica destacável. Só numa das crónicas surge a referência ao gentílico *aragoneses*<sup>39</sup>. O motivo poderia ainda explicar alguns fenómenos que se estendem até ao presente: quando as crónicas portuguesas mencionam os moradores da Coroa de Aragão, denominam-nos principalmente de “catallães”.

Na CDP, a Coroa de Aragão aparece mais vezes referida do que em todas as outras crónicas. A razão é bem simples: Fernão Lopes, ao copiar ou se basear na obra de Ayala, introduz pontos de vista castelhanos, em que necessariamente Aragão ocupa um lugar de especial relevância. Uma das poucas afirmações originais sobre o estado mediterrânico é a denominação de “irmão” que Pedro I teria feito sobre Pere IV<sup>40</sup>.

A CDF apresenta muitas referências a Aragão, que estão relacionadas, quer com as negociações para o falido casamento do rei – ainda infante – com a infanta D. Leonor de Aragão<sup>41</sup>, quer com o lugar geográfico específico da “Hespanha” (a maioria de referências), quer com o título do monarca e com a família real da Coroa aragonesa.

Contudo, na CDJ o impacto de Aragão é consideravelmente redimensionado. Aragão é nomeado entre os inimigos de Portugal, embora de maneira pouco aprofundada<sup>42</sup>. As crónicas de Zurara mantêm essa menção ao estado aragonês, já não como inimigo, mas como entidade política que interage no espaço mediterrânico. Ainda que as ocorrências do termo sejam numerosas, uma grande parte refere-se unicamente ao título do rei.

<sup>39</sup> Só a CDF, c. 50 faz uma alusão aos “aragonezes”, mas num contexto referente a castelhanos e navarros, em que não é evidente que se esteja a falar de gentes da Coroa de Aragão, mas exclusivamente do reino de Aragão.

<sup>40</sup> CDP, c. 3.

<sup>41</sup> Nomeadamente, CDF, c. 48.

<sup>42</sup> Como acontece em CDJ, I, c. 70.

Com a CDA, Aragão recobra algum protagonismo, ainda que inexoravelmente vinculado a Navarra por causa dos Infantes de Aragão. Rui de Pina evidencia conceptualmente uma assimilação entre os infantes e o estado, o que não acontece na cronística castelhana. É também na crónica de Pina que aparece a única menção à nação “valenceana”, numa referência ao lugar de origem do papa Calixto III<sup>43</sup>. De igual maneira, cabe indicar que nem Maiorca nem Valença mereceram a apreciação dos cronistas portugueses; aparecem referidas só como lugares ou como gentílios, mas nunca como organismos políticos diferenciados.

## 8. França

“França” e “os francezes” são apresentados ao longo da CDP – ainda que em número mais reduzido –, da CDF e da CDJ, em quantidade crescente, especialmente a partir da intervenção do país ultrapirenaico nos assuntos ibéricos.

Há umas referências à “Casa de França” na CDF<sup>44</sup> que evidenciam a caracterização desse reino já como unidade geopolítica claramente estruturada no contexto europeu (relembro que este fenómeno não acontece com nenhuma das *nações* analisadas até agora). Esta perceção é reforçada pela utilização do nome do reino como sujeito da ação, pois passa a ser dotado semanticamente de valor substancial e autonomia conceptual<sup>45</sup>.

Um dos episódios mais destacados dos momentos prévios à batalha de Aljubarrota é protagonizado por um francês, um cavaleiro experiente na guerra contra mouros ou cristãos. É ele quem aconselha o rei castelhano Juan I a não lutar contra o exército português naquele lugar, assumindo-se como a voz da experiência<sup>46</sup>. Após a derrota, Charles VI, rei da França, oferecerá o apoio militar solicitado por Juan I de Castela, que o qualifica como irmão e amigo. Infelizmente, a ajuda chega tarde demais<sup>47</sup>.

Zurara afasta-se das considerações mais políticas e considera França, ora como reino que interage com Portugal, ora como território, observando-se a diminuição considerável do número de ocorrências, e desaparecendo qualquer tipo de valoração. A CFG é o único texto que oferece uma definição deste reino de uma maneira mais personalizada: “a gentilleza de França”<sup>48</sup>.

<sup>43</sup> CDA, c. 135.

<sup>44</sup> CDF, cc. 15 e 110.

<sup>45</sup> Exemplos em CDF, cc. 6 e 110.

<sup>46</sup> CDJ, II, c. 35.

<sup>47</sup> CDJ, II, c. 67.

<sup>48</sup> CFG, p. 12.

Na CDA os franceses são descritos principalmente como inimigos, sendo associados à pirataria e ao roubo no mar, precisamente um dos três problemas dos quais D. Afonso V se lamenta durante uma intervenção. Os outros dois problemas são a guerra contra os turcos e a ida a África para guerrearem contra os mouros e defenderem Ceuta<sup>49</sup>. A CDA é igualmente a mais rica crónica em conteúdo geográfico sobre a França, sendo referidas as regiões de Lorraine e Picardie.

## 9. Inglaterra

Evidentemente, nas crónicas portuguesas, “Inglaterra” e os “Ingrezes” são o principal parceiro. A visão que se tem deles é quase sempre positiva, excepto em uma passagem da CDF, na qual se comenta que “os ingleses são homens de forte condição e lhe faziam [ao rei Fernando I] muitos nojos em seu reino”<sup>50</sup>.

O fenómeno da *personificação* do reino também ocorre em relação a Inglaterra na CDF<sup>51</sup>. É também nessa crónica que começa a associação geopolítica entre ingleses-portugueses e os seus oponentes franceses-castelhanos, durante a Guerra dos Cem Anos. A CDF contém uma definição que, na boca dos castelhanos, utiliza os gentílicos e denominativos territoriais para fazer associações que ultrapassam a dupla imagem até então apresentada pelas crónicas (geográfica e/ou de titularidade): “São novas que el-rei D. Fernando ha mais de nove mezes que era prenhe dos ingleses, e pariu-os agora em Lisboa e tem-n’os comsigo”<sup>52</sup>, lamentando o apoio inglês a Portugal aquando das guerras fernandinas em 1371.

Nessa mesma crónica narra-se uma passagem que convidaria a pensar nos ingleses como *teimosos*. Tal ocorreu aquando da tentativa de tomada de Cortijo, o pequeno castelo fronteiriço castelhano onde morreu um escudeiro inglês. Os companheiros entraram e mataram todos os que estavam na parte de dentro, apesar de os clérigos do lugar terem pedido perdão com o Corpo de Deus visível<sup>53</sup>.

A primeira referência concreta ao *savoir faire* dos ingleses é feita na CDJ, quando a rainha D. Leonor, durante uma conversa com o Mestre de Avis, diz que “os ingrezes hão mui bom costume” porque “quando são no tempo da paz, não trazem armas, nem curam de andar armados, mas boas roupas alvas nas mãos, como donzellas, e quando são na guerra então costumam as armas e uzam d’ellas, como todo o mundo sabe”. A resposta do Mestre de Avis foi escusatória: “Senhora

<sup>49</sup> CDA, c. 135.

<sup>50</sup> CDF, c. 154.

<sup>51</sup> Desde os primeiros capítulos, CDF, c. 6.

<sup>52</sup> CDF, c. 131.

<sup>53</sup> CDF, c. 149.

[...], é mui grão verdade, porém esso fazem elles porque hão mui a miude guerra e poucas vezes paz [...], mas a nós pelo contrário, ca havemos pelo miude paz e poucas vezes guerra”<sup>54</sup>. É igualmente na CDJ que se encontra um indício das dinâmicas geoestratégicas dessa altura, assinalando Inglaterra como a primeira opção de fuga para o Mestre de Avis nos momentos convulsos após a morte do conde João Fernandes Andeiro<sup>55</sup>. Consequentemente, é também a primeira opção estrangeira para pedir apoio económico e militar<sup>56</sup>.

De um ponto de vista visual, Fernão Lopes adjudica à Catalina, filha de John of Gaunt e de Constanza de Castela – a herdeira legítima ao trono, filha do rei Pedro I, e pela qual começam a se intitular *reis de Castela* desde 1372 –, o motivo último que leva o pai a preparar a viagem de conquista em 1386, com a descrição da dramática cena em que mãe e filha imploram de joelhos essa intervenção para “demandar o reino, que meu é”<sup>57</sup>. Evidentemente, a intencionalidade de Lopes visa informar o leitor da existência de uma família real que sofre pelo inimigo castelhano, sendo Inglaterra o verdadeiro amigo.

Para além disso, é preciso chamar a atenção para as boas relações e o tráfego de diplomatas entre Portugal e Inglaterra antes e, especialmente, após Aljubarrota, e que culminarão com a assinatura do *Tratado de Windsor* em 1386, e com a viagem do duque de Lencastre, a sua família e o seu séquito à Península. Segundo a CDJ, teria sido o rei inglês, Richard II, quem pediu “tratar boa liança e amizade com el-Rei de Portugal”<sup>58</sup>. O facto de Fernão Lopes estar a salientar os pontos mais relevantes do tratado permite observar como este foi nomeadamente um acordo comercial, porque se começa afirmando que os reis desejam “o bem commum dos seus subditos [...] muito mais que o seu”. Estabelecem-se uma aliança e paz eternas sob a unidade e perfeita obediência à Igreja de Roma, e a recíproca ajuda contra os inimigos. O pacto esclarece que esses inimigos não incluem os seguintes: “Venceslau, rei dos Romaos, e D. João, rei de Castella, duque de Lencastre, tio d’el-Rei (...) nem isso mesmo contra o papa Urbano, que ora é”, delineando as estratégias diplomáticas futuras.

Porém, como já indicado anteriormente, o *Tratado de Windsor* é eminentemente comercial, pois o primeiro ponto refere-se à livre circulação de pessoas (clérigos, nobres, mercadores ou o povo) e das mercadorias, obrigando

<sup>54</sup> CDJ, I, c. 10.

<sup>55</sup> CDJ, I, cc. 18 e 19. Depois, em c. 23, é dito ao Mestre: “Vós, dizem, Senhor, que vos is pera Inglaterra, mas a mim parece que bom Londres é este”, sugerindo que ficasse em Lisboa.

<sup>56</sup> CDJ, I, c. 48.

<sup>57</sup> CDJ, II, c. 80.

<sup>58</sup> CDJ, II, c. 81.

ao pagamento apenas no local onde se for ficar. Só os pontos 3 e 4 especificam as modalidades do apoio militar e os tempos de resposta às petições de ajuda<sup>59</sup>.

Da CDJ se percebe outra questão interessante para o estudo da geopolítica, mas que, obviamente, o cronista simplesmente utiliza para sublinhar a pouca vontade do rei castelhano de procurar a paz. Assim, John of Gaunt tentou igualmente estabelecer um tratado similar ao de Windsor com Castela. No entanto, a tentativa não deu resultado porque “a amizade e liga de França ficava em sua força e virtude”, apesar do oferecimento do duque para que “os mercadores e romeiros de Castella e de Inglaterra fossem seguros por mar e por terra, especialmente os que quizessem vir a Santiago”, para além da liberdade de tráfego para homens e mercadorias<sup>60</sup>.

Do ponto de vista das mentalidades, convém fazer aqui uma breve nota sobre o conceito de *Casa*, já mencionado anteriormente. Na CDF, mas especialmente na CDJ, em numerosas alocações, o duque de Lencastre alude à “Casa de Ingraterra”, onde por *casa* entender-se-á o conjunto de elementos que conformam a família real, quer parentes diretos, quer de segundo ou terceiro ou mais graus<sup>61</sup>. É significativo que este termo comece a ser utilizado apenas nessa altura, aquando do início das relações comerciais, políticas e familiares entre as coroas portuguesa e castelhana e a inglesa. Enquanto *casa* significar o *lar* da Coroa, o sentido sociológico ultrapassa a geografia concreta do espaço, onde estão a morar os membros da família real. Os infantes todos, independentemente de onde quer que estejam, são representantes da *Casa* real. Por exemplo, a CDA – ainda que o número de ocorrências do termo seja inferior – apresenta o conde D. Pedro de Portugal, indisposto com o rei e afastado da corte de D. Afonso V, como pertencente à *Casa* real<sup>62</sup>.

Aliás, é constatável, na documentação da época, que outros reinantes ou aspirantes vão utilizar o termo *Casa*, como acontece em Aragão e Navarra. Todos estes dados convidam à reflexão sobre o papel do duque de Lencastre – e portanto, de Inglaterra – como instigador de uma certa maneira de fazer política e diplomacia baseada na estrutura familiar e não na estrutura política<sup>63</sup>. Esta interpretação permite perceber melhor o *modus operandi* de determinadas famílias peninsulares como o binómio Fernando de Antequera/Leonor de Albuquerque e os Infantes de Aragão, ou, para o caso de Portugal, a Casa de Avis e a *íncrita* geração.

A influência dos ingleses ao nível político é claramente reconhecida por Fernão Lopes na CDF, onde se afirma que os cargos de “condestável” e de

<sup>59</sup> Toda a informação relativa ao tratado é redigida pelo cronista em CDJ, II, c. 82.

<sup>60</sup> CDJ, II, c. 121.

<sup>61</sup> Exemplo em CDF, c. 113.

<sup>62</sup> CDA, c. 124.

<sup>63</sup> Não por acaso, a menção a uma casa não especificamente ligada a uma Coroa aparece na CDF quando se fala na “casa do conde de Cambridge”, c. 147.

“marischal” foram trazidos por eles, “que até então n’elle [em Portugal] não havia” e foi “tomado tal costume dos ingleses que então vieram”<sup>64</sup>.

Zurara, no seu projeto cronístico, no qual a defesa da *missão* divina do infante D. Henrique impregna tudo, diz sobre Inglaterra na CTC: “cuja naçam amtre as do mundo naturallmente desamam todollos jmfiees”<sup>65</sup>. A CFG oferece, aliás, um qualificativo para a nação: “a fortalleza de Inglaterra”<sup>66</sup>.

Apesar de tudo, na verdade, a presença da Inglaterra na CDA é notavelmente inferior do que na CDJ, o que pode, juntamente com a apresentação dos ingleses como piratas que roubam os mercadores portugueses no mar, ser indicativo de novos tempos na política internacional de finais do século XV<sup>67</sup>.

Cabe terminar com uma nota sobre um espaço que pertence a Inglaterra ao longo de todo o período, mas que fica encravado no espaço da França: a “Guiana”. Não tem gentílico, mas é um termo utilizado para nomear a terra inglesa no sudoeste da França, bem diferenciada de outros espaços políticos. Há várias ocasiões em que esse território é identificado com a própria Inglaterra<sup>68</sup>. Porém, a menção mais interessante do ponto de vista das mentalidades, ainda que se trate de uma cópia de uma passagem de Ayala, é aquela onde são descritos os lemas que gritavam os contendentes na batalha de Nájera de 1367. Os da parte de Enrique II de Castela diziam “Castella, S. Thiago” e os da parte de Pedro I, “Guiana, S. Jorge”<sup>69</sup>. Recordo que nas guerras entre Portugal e Castela um pouco mais tarde, os portugueses invocarão igualmente São Jorge para ajudá-los.

## 10. Castela

A imagem do reino vizinho e, tantas vezes, inimigo, é como as relações entre os dois reinos, ou seja, complexa. Dependendo do momento que as crónicas estejam a tratar, Castela é odiada e temida, ou amada e querida. Castela poderia ser definida como a *conditio sine qua non* da existência de Portugal, porque o reino luso nunca teria tido sem elas as especificidades que teve durante a época medieval. Castela representa para Portugal o espelho em que os próprios defeitos e as próprias virtudes podem ser contemplados.

<sup>64</sup> CDF, c. 149.

<sup>65</sup> CTC, c. 33.

<sup>66</sup> CFG, p. 12.

<sup>67</sup> CDA, c. 162.

<sup>68</sup> CDP, c. 23.

<sup>69</sup> CDF, c. 9.



Às conotações presentes nas referências às outras *nações* – os já referidos matizes geográficos, de titularidade política e de *personalização* – acrescentar-se-á, na cronística lopesina, um quarto elemento não evidenciado até ao momento: a *nemesizidade*. Usando este neologismo pretendo sublinhar o facto de toda a narrativa de Lopes estar impregnada da ideia de que todo o mal que acontece em Portugal é derivado direta ou indiretamente de uma ação de Castela, sempre contrária aos interesses portugueses. O conceito ultrapassa a normal inimizade – como, por exemplo, acontece com França ou Génova ou o próprio Islão – e pressupõe uma ciente atitude em relação ao outro reino e aos seus moradores. O fim dos problemas chegará apenas com a eliminação física do outro como entidade política autónoma<sup>70</sup>. É óbvio que a origem desta atitude provém da intencionalidade de Lopes de apresentar Castela como o maior perigo que Portugal pode enfrentar, a fim de explicar o valor acrescentado da dinastia de Avis como *salvadora* do reino. Nesta linha de leitura, enquadrar-se-ão as referências à distinção entre “verdadeiros portugueses” e os maus portugueses que são continuamente comparados aos castelhanos.

Narrativamente convém salientar que a importância de Castela no tecido narrativo cronístico português reside na reiterada utilização que Fernão Lopes faz das crónicas castelhanas de Ayala. Contudo, este facto é indicativo da mentalidade de Lopes, prestes a apresentar o que acontece em Castela para compará-lo com Portugal. Na CDP insere capítulos inteiros da *Crónica de D. Pedro I* de Pero López de Ayala, até ao ponto de serem praticamente a metade dos 46 capítulos da crónica lopesina direta ou indiretamente baseados nessa crónica castelhana. Apesar da advertência de Fernão Lopes sobre o que está a escrever, “por taaes cousas seerem feitos de Castela e nom de Portugal”<sup>71</sup>, e não pretendendo se deter demasiado, acaba por inserir 25 capítulos sobre a história de Castela com a desculpa da influência que essa tivera em Portugal.

Esta dependência de Ayala diluir-se-á na CDF e, especialmente, na CDJ. No que diz respeito ao primeiro texto, o cronista castelhano é utilizado por Lopes a fim de rebatê-lo continuamente. As alusões a “alguns dizem” referem a crónica de Ayala como falsa, e a narração do cronista português como verdadeira. De facto, esse uso que visa *desmentir* uma determinada história nunca menciona o nome do outro cronista, como que para demonstrar que não merece credibilidade nenhuma.

<sup>70</sup> CDF, c. 171: um bispo castelhano diz, após o juramento de fidelidade à D. Beatriz dos povos portugueses em Santarém, que “vos digo que está esto muito bem para Castella, ca muito damno nos vinha d’este rencon de Portugal”, pois a existência mesma do reino português seria motivo de dano segundo a visão de Lopes. No c. 20 da CDJ, I, o próprio Mestre de Avis chama os castelhanos de “mortais inimigos”.

<sup>71</sup> CDP, c. 16.

Os castelhanos – como já foi indicado anteriormente – são apresentados como irónicos e, portanto, prepotentes. Outro exemplo é quando se está a narrar o momento em que as tropas de D. Fernando de Portugal entram em Castela, e os castelhanos comentam a “modo d’escarneo, ‘que não foram ajudar el-rei D. Pedro [de Castela] enquanto era vivo e que então lhe iam a dar os ossos depois da morte”<sup>72</sup>. São igualmente apresentados como injustos e bárbaros, pois, quando recebem dano, reagem exageradamente, roubando ou matando o contrário<sup>73</sup>. Lopes, numa dramaticidade digna de qualquer romance, faz comentar aos portugueses de Santarém, aquando da proclamação de D. Beatriz como herdeira legítima, “como em má hora sujeitos havemos nós de ser a castelhanos! Nunca Deus queira!”<sup>74</sup>. Uma declaração de intenções muito clara.

Se, na segunda das crónicas de Lopes, ainda é perceptível a cópia ou inspiração de passagens de Ayala, na sua última crónica Lopes utiliza o texto castelhano para rebatê-lo abertamente. Lopes põe em discussão a maioria das afirmações de Ayala, ou diretamente as nega, apresentando outro ponto de vista mais acorde com a posição dos portugueses em todo o episódio da crise de 1383-1385. Castela é o principal inimigo para Lopes, fonte de perigo constante e problemático, embora haja sempre uma tendência a minimizar a atitude castelhana com a seguinte fórmula: primeiro descreve a posição dos portugueses – sempre muito dura e com frases muito hostis – perante os movimentos dos castelhanos, para depois explicitar o que aconteceu na realidade, ocasião em que redimensiona de alguma maneira a teórica maldade dos castelhanos<sup>75</sup>.

Todavia, isso não quer dizer que Lopes justifique os castelhanos. É clara a intencionalidade do continuado uso da expressão “verdadeiros portugueses”<sup>76</sup> como contraponto àqueles que tiveram voz pelo rei de Castela e a rainha Beatriz – chamados algumas vezes de “portuguezes desnaturados” –, reivindicando o amanhecer de um qualquer tipo de *portuguesidade* inabalavelmente conexas com a não-castelhanidade. Tanto é assim, que, dessa perspectiva, pertenceriam também à categoria de “verdadeiros portugueses” aqueles castelhanos que lutaram do lado português.

Alguns exemplos da maneira como os portugueses ironizam ou insultam os outros portugueses podem ser tirados da CDJ, como aquando dos tumultos que se produziram na Sé e que acabaram com a morte do bispo Martinho. A pergunta

<sup>72</sup> CDF, c. 39.

<sup>73</sup> CDF, c. 77; CDJ, II, c. 19.

<sup>74</sup> CDF, c. 176.

<sup>75</sup> Quando, após Aljubarrota, o rei castelhano foge e retira-se para Castela, aparece defendendo e liberando os prisioneiros portugueses porque “os portuguezes são bons e leaes”, CDJ, II, c. 44.

<sup>76</sup> CDJ, I, c. 27.

que lançam os assediadores aos que se refugiaram na torre da Sé é: “Já vos tornastes castellaos com elle? [o bispo Martinho]”<sup>77</sup>, o que implica o uso de “castellao” quase como insulto. Todavia, Fernão Lopes pareceria não concordar com a morte do bispo, ainda que não o diga explicitamente, ao lamentar a desapareção dessa personagem.

Para terminarmos a análise da CDJ, cabe destacar o papel conceitual que jogam os *apelidos* gritados durante a guerra por cada um dos bandos: “Castella, Castella, Santiago” contra “Portugal, Portugal, Sam Jorge”, durante a batalha de Trancoso<sup>78</sup>, e em reiteradas ocasiões posteriores.

Acontece na CDJ um fenómeno único, e que poderia ser associado à nova concepção política derivada da mudança de dinastia. Desta maneira, ligam-se indefetivelmente três conceitos políticos nessa crónica: “Portugal”, “El-Rei de Portugal”, e os “Portuguezes”. O trinómio aprofunda a ligação articulada entre território, política e sociologia, transferindo para a geopolítica o que precedentemente era apenas sociocultural. Por outras palavras, a dimensão política que, nas crónicas – até ao momento da eleição de João I –, era representada pelo rei, em torno de quem se construía o reino, muda para os seus povoadores, em torno dos quais articulam-se o reino e o rei. Eles põem ou depõem os reis, e defendem o reino.

Zurara menciona muito pouco o vizinho, e, quando o faz, a caracterização lopesina de *inimigo* desaparece. A mensagem do cronista é sempre a de lutarem juntos contra o inimigo muçulmano. Contudo, isto não quer dizer que haja valorações positivas, impondo-se a neutralidade.

Na CDA observa-se outra alteração relativamente à percepção sobre o reino vizinho. Há uma altura no texto em que a afirmação sobre Castela é positiva: “aquele reino não é pequeno, e é muito forte, de gente leal e mui esforçada”. Todavia, ainda há momentos de tensão entre uns e outros, em que os castelhanos são apresentados como pouco fiáveis<sup>79</sup>.

Sobre a questão conceitual, constata-se em Pina uma diminuição no uso do termo “castellãos” – de facto, não é até à metade do segundo volume que aparece o termo – e se verifica a sua substituição pelo termo “Castella”. Talvez esta mudança responda à modernização semântica que troca conceitualmente os povos pelos estados.

Uma última consideração merece o tema regional a respeito de Castela. Mais concretamente, no caso da Galiza poderia ser salientada uma sua particularidade.

<sup>77</sup> CDJ, I, c. 13.

<sup>78</sup> CDJ, I, c. 96.

<sup>79</sup> CDA, c. 186.

Surpreende que este território nunca seja mencionado como *reino de*, mas apenas pelo nome da região. Não seria curioso se não fosse pelo facto de outras regiões, como, por exemplo, Múrcia ou a própria Castela, serem repetidamente caracterizadas como *reinos*. Na CDJ há uma variante na nomenclatura desse território, chamando-o de “comarca de Galliza”<sup>80</sup>. Por outro lado, a mesma crónica introduz uma característica marcadamente geopolítica, pois a definição de “gallegos” nunca fica dentro da definição de “castellaos”, mesmo durante a guerra luso-castelhana<sup>81</sup>. Aliás, nos três capítulos dedicados às lutas entre galegos e portugueses, e mais especificamente aquando da tomada de Tui, o combate envolve portugueses contra “gallegos e castellaos”<sup>82</sup>.

## 11. Conclusões

Como já foi referido no início deste trabalho, não se pretendia chegar aqui a uma conclusão definitiva. O tema deve ser ainda explorado em toda a sua complexidade, envolvendo elementos estrangeiros na pesquisa para enriquecer os pontos de vista e poder comparar convenientemente o universo mental dos portugueses do século XV com o dos outros europeus.

A origem de algumas acepções de conceitos territoriais, que mudam para definir novas realidades políticas, em concomitância semântica com outros conceitos, como os gentílicos e, sobretudo, os títulos de rei e rainha, conformam uma linha de investigação de especial relevância para perceber a passagem à modernidade, em que esses três parâmetros evoluem até definirem uma única realidade: a nação. É só através dos textos coetâneos que é possível estabelecer as bases culturais dessas mudanças.

Procurei demonstrar que, nas crónicas portuguesas analisadas, a ideia de *Europa*, concebida como um todo, não é ainda perceptível. Existem entidades político-territoriais que significam realidades diferentes, que podem aludir a estados ou territórios dentro de outros estados. Ao mesmo tempo, tentei apresentar os principais protagonistas da geopolítica europeia aos olhos dos cronistas portugueses que trabalharam para a Coroa.

Contudo, o objetivo principal deste estudo foi contribuir para o longo caminho da investigação sobre a evolução conceitual das relações internacionais.

<sup>80</sup> CDJ, II, c. 28.

<sup>81</sup> Pode servir como exemplo a expressão: “haver na cidade grão parte de gallegos e castellãos” (CDJ, c. 20); ou “assim castellãos como doutra gente” (CDJ, c. 118), em referência aos galegos.

<sup>82</sup> CDJ, I, cc. 117, 121 e 122.

Desejamos que o panorama apresentado ajude as futuras investigações sobre a história das ideias.

## BIBLIOGRAFIA

AMADO, Teresa, *Bibliografia de Fernão Lopes*, Lisboa, Cosmos, 1991.

DINIS, A. J. Dias, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

EARLE, T. F., “Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V* and Bodleian MS Don. c. 230”, *Portuguese Studies*, vol. 31, Nº 2 (2015), pp. 222-234.

FERREIRA, M. R. (coord.), *O contexto hispânico da historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Pedro I*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1965.

LOPES, Fernão, *Chrónica de el-Rei D. Fernando*, 3 vols., Lisboa, Escripório, 1895-1896.

LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, 7 vols. (2 partes), Lisboa, Escripório, 1897-1898.

MENDONÇA, M., *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

MUHAI, Ardian, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: impacto da Guerra dos Cem Anos na vida económica e política de Portugal (séculos XIV-XV)*, Tese de

Doutoramento dirigida por Manuela Mendoça, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2014.

PINA, Rui de, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, 3 vols., Lisboa, Escriptório, 1901.

RUSSELL, P., *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, INCM, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, ICALP, 1977.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Chrónica d'El-Rei D. João o Primeiro e dos reis de Portugal o Décimo em que se contém a Tomada de Ceuta*, Lisboa, Escriptório, 1899.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud, 1841.